

**SOBRE O CONCEITO DE PROLETARIADO NOS ESCRITOS DE JUVENTUDE DE  
FRIEDRICH ENGELS**

**SOBRE EL CONCEPTO DE PROLETARIADO EN LOS ESCRITOS JUVENILES DE  
FEDERICO ENGELS**

**ON THE CONCEPT OF PROLETARIAT IN THE EARLY WRITINGS OF  
FREDERICK ENGELS**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i3.59641>

Jefferson Martins Viel<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo dedica-se a um exame do conceito de proletariado nos escritos de juventude de Friedrich Engels. Nele, percorro uma trajetória expositiva que parte dos primeiros usos do termo pelo filósofo e segue até a pesquisa exaustiva sobre o operariado inglês que ele conduz em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, e argumento que, somada à bem conhecida faceta empírica e apesar da ausência de precisão vocabular conferidas nesses escritos, a noção de proletariado neles presente repousa em uma bagagem conceitual decisivamente jovem-hegeliana – ou, para ser mais preciso, em uma leitura socialista (isto é, hessiana) da antropologia de Ludwig Feuerbach.

**Palavras-chave:** Friedrich Engels. Proletariado. Humanismo. Socialismo. Cartismo.

**Resumen:** Este artículo está dedicado a un examen del concepto de proletariado en los escritos juveniles de Federico Engels. En él sigo una trayectoria expositiva que parte de los primeros usos del término por parte del filósofo y continúa hasta la exhaustiva investigación sobre la clase trabajadora inglesa que el realiza en *La situación de la clase obrera en Inglaterra*, y sostengo que, sumada a la conocida faceta empírica y a pesar de la falta de precisión del vocabulario conferida en estos escritos, la noción de proletariado presente en ellos se basa en un bagaje conceptual decisivamente joven-hegeliana – o, para ser más exacto, en un lectura socialista (es decir, hessiana) de la antropología de Ludwig Feuerbach.

**Palabras clave:** Federico Engels. Proletariado. Humanismo. Socialismo. Cartismo.

**Abstract:** This paper is devoted to the concept of proletariat in the early works of Frederick Engels. In it, I trace an expository path that starts from the Engels' initial uses of the term and continues until the exhaustive research on the English working class that the philosopher conducts in *The Condition of Working Class in England*. In doing so, I argue that, in addition to the well-known empirical aspects and despite the lack of vocabulary precision found in these works, the idea of proletariat observed in it relies on a decisively young-Hegelian conceptual framework, or, more precisely, on a socialist (i.e. Hessian) reading of Ludwig Feuerbach's anthropology.

**Keywords:** Frederick Engels. Proletariat. Humanism. Socialism. Chartism.

## Introdução

Em seus escritos de juventude, Friedrich Engels mais de uma vez contrasta a adesão ao socialismo (ou comunismo) na Alemanha e na Inglaterra.<sup>2</sup> Enquanto na Alemanha a “questão da reforma social” penetra com maior facilidade nas camadas mais instruídas da população, na Inglaterra ocorre o inverso. Isso se explicaria, entre outros motivos, pelo grau de desenvolvimento industrial de cada país. Na Inglaterra, os segmentos menos educados da população trabalham nas fábricas e, portanto, são diretamente afetados pelas agruras do modo industrial de produção. Na Alemanha, por seu turno, as camadas mais instruídas pertencem sobretudo à burguesia liberal, comprimida entre as conquistas políticas do além Reno e o despotismo do regime wilhelmiano. Ou seja, no além Mancha, a adesão ao socialismo é estimulada por questões práticas, ligadas ao trabalho e vividas diariamente pelos operários. Mas em seu aquém, para aludir à temática marxiana da “Introdução” à *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (2013, p. 152–155), o socialismo é adotado idealmente, como destino aspirado por um estrato da sociedade civil que experimenta o “atraso alemão” em comparação às nações “modernas” como causa de embaraço.<sup>3</sup> Feitos os devidos ajustes, esse quadro talvez pudesse servir de referência para o contraste entre as primeiras aproximações de Engels e de Marx ao conceito de proletariado. Isso porque, se, como explica Daniel Bensaïd (2010, p. 17), este chega a tal conceito teoricamente, mediante seu confronto com os problemas legados pela filosofia alemã da Revolução Francesa, aquele, morador da região mais industrializada da Renânia e primogênito de um capitalista do setor têxtil, desde cedo vê de perto as consequências da produção fabril sobre o operariado, principalmente sua degradação física e moral, de modo que o campo prático, empírico, ocupe papel basilar em sua formulação do conceito.

Gustav Mayer (2020, p. 29–30) destaca o contato que, já em sua infância, Engels teria tido com as camadas operárias. “Todos os dias”, relata o biógrafo,

o menino ia à escola passando por fábricas onde trabalhadores em salas de teto baixo “respiravam mais fumaça e poeira do que oxigênio”, onde crianças eram aprisionadas a partir dos seis anos de idade para serem “vítimas da exploração capitalista”; passando pelas casas de artesãos domésticos, curvados da manhã até a noite sobre os teares, as costas assando diante do forno quente; passando pelos “carregadores”, a escória do proletariado, miseráveis sem teto, cegados e arruinados por destilados baratos, dormindo em estábulos vazios ou sobre montes de esterco.

Memórias como essas, ele prossegue, “tiveram um efeito infinitamente maior sobre [o] desenvolvimento intelectual” de Engels que o pietismo – confissão religiosa em que ele fora educado. Assim, o filósofo de Barmen logo teria se tornado apto para “mostrar a seus compatriotas [mais precisamente, a Marx e a Ferdinand Lassalle] o primeiro retrato completo da força revolucionária do capitalismo à medida que [este] avança em direção a seu pleno desenvolvimento”.

Todavia, a descrição pioneira de Mayer inspira cautela. Dada a raridade de documentos relativos à infância de Engels, o biógrafo parece fazer uma leitura retrospectiva sustentada em textos produzidos por um biografado já adulto. Em todo caso, esses textos, especialmente as “Cartas de

Wuppertal”, bastam para comprovar a observação atenta que, senão desde a infância, por certo desde sua mocidade Engels dirigia às camadas trabalhadoras. Ele era o “desbravador da dupla”, como o descreve Osvaldo Coggiola (2008), e todo um conjunto de temas nucleares para a filosofia de Marx, em particular, e para o marxismo, em geral, inclusive o da centralidade dos estratos operários, foi abordada primeiramente em seus escritos. Sem dúvida, crescer na assim chamada “Manchester alemã” e, então, viver na Manchester original, britânica, conferiu-lhe uma visão privilegiada do operariado, isto é, do estrato social que, para citar Bensaïd (2010, p. 17) uma vez mais, viria a oferecer a “carne” do conceito de proletariado.<sup>4</sup> Isso, porém, não significa que a abordagem engelsiana do tema se restrinja à observação empírica. Mesmo sem a formação universitária de um Marx, de um Heß ou de um Ludwig Feuerbach, Engels “falava alemão”, de sorte que, conquanto o peso da perspectiva prática em sua formulação do conceito de proletariado, não se deve negligenciar os elementos filosóficos que a integram.<sup>5</sup> Dessarte, nas linhas que se seguem, intento retomar os usos que Engels faz desse conceito em seus escritos de juventude, a fim de destacar, somado a seu caráter empírico, os pressupostos filosóficos sobre os quais ele repousa.

### ***Proletariado e revolução nos escritos engelsianos precedentes a A situação da classe trabalhadora na Inglaterra***

Os primeiros usos consistentes que Engels faz do termo “proletariado” podem ser verificados em um conjunto de artigos publicados na *Gazeta Renana* em dezembro de 1842.<sup>6</sup> Nesses artigos, redigidos logo nas primeiras semanas da estada inglesa de Engels, o proletariado é descrito de maneira equívoca. Por um lado, é marcado pela privação, seja econômica, cultural ou política. Desse modo, contrapõe-se às classes possuidoras, devido a sua miséria; às classes cultas, por causa de sua má ou nenhuma educação; e às classes políticas, em virtude de sua não representação parlamentar. Contudo, por outro, e em razão mesmo de sua situação flagelante, é apresentado como classe insurgente, destinada a conduzir a revolução social na Inglaterra e, assim, arrancar esta última da Idade Média em que se encontra. Ora, afirmar que, nas sociedades industriais, há um estrato populacional que se distingue pela privação não causa estranhamento algum, posto tratar-se de fenômeno facilmente observável e já bastante discutido à época.<sup>7</sup> No entanto, o que permite a Engels descrever o proletariado como uma espécie de classe redentora, responsável por efetuar a revolução na Inglaterra?

Em primeiro lugar, uma questão prática, material, vinculada à esfera da economia política. Graças a sua pobreza natural e ao insulamento de seu território, explica Engels (1975, p. 372–3), a riqueza da Inglaterra depende do comércio, da navegação e da indústria, o que converte o país em um “Estado industrial”. A fim de conservar seu nível de riqueza, um Estado desse tipo tem de aumentar sua produção fabril constantemente. Ademais, ele também precisa se resguardar contra a concorrência estrangeira, o que o faz erguer barreiras comerciais mediante tarifas alfandegárias. Em virtude dos princípios da concorrência, a proteção que resulta dessas tarifas permite o aumento de preços das mercadorias produzidas em território nacional, o que, por sua vez, compele a novos

aumentos tarifários contra os produtos importados, e assim por diante. Esse processo, contudo, depara-se com uma dupla barreira: de uma parte, a diminuição proporcional da demanda externa, motivada pelo crescente desenvolvimento industrial de países como França e Alemanha e, consequentemente, pela maior capacidade que esses países adquirem de abastecer seu mercado interno com produtos nacionais; de outra, a resistência do consumidor doméstico, que, defronte a preços cada vez mais altos e à subsequente contração de sua capacidade de consumo, exige o fim das tarifas de importação. Dessa forma, o “Estado industrial” se enclausura em um beco sem saída. Tanto o aumento constante do protecionismo alfandegário quanto sua abolição lesam a indústria nacional e, portanto, a capacidade do país de gerar riqueza, dilema que se agrava na medida em que, como alerta Engels (1975, p. 374, 378), a expansão industrial produz outrossim uma massa de despossuídos, de gente absolutamente pobre, que não vive, mas sobrevive, e que, por isso, é de todo sensível às flutuações e, de modo mais dramático, às crises econômicas. Privada de seu pão e em face do risco iminente da morte por inanição, ele conclui, essa massa não poderá senão se revoltar.<sup>8</sup>

Os levantes operários ditos “cartistas” do verão de 1842, sob o impacto dos quais Engels escreve seus artigos, oferecem uma mostra desse quadro. Sem dúvida, tais levantes constituem um dos eventos políticos mais importantes do século XIX britânico. Neles, trabalhadores não só paralisaram a produção nas fábricas como tomaram as ruas das principais regiões industriais da Inglaterra, da Escócia e do País de Gales com marchas, barricadas e a exigência de um salário justo por uma jornada de trabalho justa. Porém, apesar da adesão expressiva e do ímpeto notados nessas manifestações, nenhuma demanda operária foi atendida e, depois de algumas semanas, os trabalhadores, derrotados, regressaram a seus postos de trabalho, muitas vezes em condições piores que as anteriores. A fragilidade desses levantes foi reconhecida por Engels desde o início. Em alguma medida, ele ajuíza (1975, p. 373–374), as paralisações foram incitadas pelos próprios capitalistas, que tinham interesses escusos na agitação operária; desenvolveram-se de forma espontânea, sem objetivos, linhas de ação ou liderança bem-definidos, o que facilitou sua repressão pela polícia; e, além de já ser tarde demais, quando os cartistas tomaram a direção do movimento, sua bandeira de “revolução por meios legais”, exprimida na Carta do Povo, denotava uma contradição em termos que impedia a radicalização da ação operária. Portanto, mesmo que o advento da revolta proletária, determinada pela retração econômica e pela consequente precariedade da situação imediata dos trabalhadores, permita a Engels enxergar na classe operária a condutora da revolução social na Inglaterra, a mera reunião das ditas “condições objetivas” não basta para garantir a transformação do estado de coisas vigente.<sup>9</sup>

Contudo, para além do panorama material mais imediato, notado tanto nas ponderações engelsianas acerca do “Estado industrial” quanto nos levantes operários do verão de 1842, uma questão propriamente especulativa, filosófica, permite a Engels descrever o proletariado como classe destinada a conduzir a revolução na Inglaterra, a saber, sua adoção do esquema hessiano da “triarquia europeia”. De acordo com Heß (1962, p. 83), “a filosofia anterior concentrou-se apenas no que é, no que era e no que foi, mas não no que será, de forma que a filosofia alemã, em especial sua última fase,

a hegeliana, pode ser chamada de filosofia do passado”. Mas, assim como August von Cieszkowski (2002; PAWLACZYK, 2021), Heß almeja abrir a totalidade da filosofia hegeliana da história à ação livre e, portanto, ao futuro. Esse projeto se torna exequível com a Revolução Francesa, na medida em que, a partir dela, se pode reconhecer a atividade livre do Espírito como manifestação não da profecia ou da mística (associadas pelo filósofo de Bona ao primeiro e ao segundo grande momento da história universal, respectivamente), senão da razão especulativa. A Revolução Francesa, sustenta Heß, inaugura na vida humana o princípio ético [*sittlich*], que, por seu turno, é a própria ação, consciente e consequente. Nesse sentido, trata-se de um marco que separa passado e futuro. No entanto, ele continua, por mais relevante que tenha sido, a Revolução Francesa não passou de um evento limitado, somente a meio caminho da instauração da liberdade absoluta, pois, embora tenha imposto concretamente o princípio da liberdade legado ao pensamento pela Reforma Luterana, restringiu-se ao âmbito da eticidade [*Sittlichkeit*]. É, então, preciso completar a revolução, torná-la político-social, tarefa que se avizinha e que tem na Inglaterra o lugar de seu cumprimento.<sup>10</sup>

A questão da possibilidade da revolução na Inglaterra acompanha toda a primeira estada inglesa de Engels. Em “The Internal Crises”, ela inclusive orienta a redação do artigo, faz-se premente, na medida em que, segundo o filósofo, dela “depende o futuro” do país. Diferentemente do que se encontra em autores liberais como Alexis de Tocqueville, que veem na Inglaterra um modelo para o restante da Europa, posto que aquela foi capaz alcançar o dinamismo de uma sociedade moderna, burguesa, sem, com isso, ter de atravessar os horrores de uma revolução aos moldes franceses, Engels enfoca acima de tudo o atraso político da Inglaterra, distinguido pela permanência do feudalismo, pelo caráter meramente formal de sua liberdade, pela configuração caótica de suas leis, pela maneira sofisticada conforme a qual age seu sistema judiciário, pela corrupção de seu sistema eleitoral.<sup>11</sup> Defronte a esse quadro, aposta o filósofo (1975, p. 370–371), não é possível que a Inglaterra, “que, por causa de sua exclusividade política e autossuficiência, ficou alguns séculos para trás em relação ao Continente; que só conhece a arbitrariedade, quando se trata da liberdade; que está atolada até o pescoço na Idade Média não entre afinal em conflito com o progresso espiritual feito nesse entretempo”. Sob essa perspectiva, é o próprio sentido da história, ou melhor, é uma determinada filosofia da história, que assegura a transformação do estado de coisas na Inglaterra.

Tal perspectiva, bem como, particularmente, a adoção do esquema hessiano da triarquia europeia pode ser distinguido com mais nitidez nos artigos de Engels sobre a situação da Inglaterra publicados no *Vormwärts!*. Neles, ele sustenta que, embora a Inglaterra tenha passado aparentemente incólume pelo século XVIII, descrito como um século de revoluções, ela “tem experimentado uma convulsão maior que a de qualquer outro país”. Essa convulsão, prossegue, “é tanto mais substancial quanto mais silenciosamente se desenrola, e [...], portanto, com toda probabilidade atingirá seu objetivo prático mais facilmente que a revolução política na França ou a revolução filosófica na Alemanha” (ENGELS; MARX, 1975a, p. 469). Mais uma vez, é o curso da história universal, ou ainda a interpretação que dele é feita, que justifica a confiança de Engels na realização dos objetivos práticos

da convulsão inglesa. A trilha para a revolução que deverá ocorrer na Inglaterra já foi aberta, por assim dizer, pelas duas revoluções que a precederam. Ademais, os dois polos antitéticos, que já se manifestaram em momentos distintos da história universal, foram reunidos na própria constituição desse país, o que o torna o lugar propício – mas também ideal, em sentido filosófico preciso – para sua superação. “Os alemães, a nação do espiritualismo cristão, experimentaram uma revolução filosófica; os franceses, a nação do materialismo clássico e, por conseguinte, da política, passaram por uma revolução política”, pondera Engels. Logo, ele conclui, “os ingleses, uma nação que mistura elementos germânicos e franceses, que, portanto, incorpora ambos os lados da antítese, e que, por isso mesmo, é mais universal que tanto um quanto outro tomados separadamente, foram, então, arrastados para uma revolução mais universal, de tipo social” (ENGELS; MARX, 1975a, p. 471).<sup>12</sup>

Porém, as classes cultas da Inglaterra são incapazes de enxergar esse quadro, o que, em um primeiro momento, deixa Engels espantado. Na abertura de seus artigos publicados na *Gazeta Renana*, nota-se a presença de um *leitmotiv*, segundo o qual, diante de uma agitação política de raras proporções, os cavalheiros ingleses expressam tranquilidade. A seu ver, as chances de que uma revolução ocorra na Inglaterra são diminutas e os motivos para tanto são numerosos: sua riqueza, sua indústria, suas instituições, sua cultura, sua constituição, em suma, cada bloco do edifício sociopolítico inglês colabora para que o país saia ileso da crise em que se encontra. Até o operariado, que há poucos meses tomava as ruas das principais regiões industriais da Grã-Bretanha, completam, sabe o quão indesejável é um levante revolucionário, dado que qualquer flutuação no desempenho do comércio inevitavelmente os conduziria ao desemprego. Todavia, “há uma coisa autoevidente na Alemanha, mas que o obstinado Bretão não é capaz de entender”, objeta Engels (1975, p. 370–371), “nomeadamente, que os assim chamados interesses materiais nunca agem na história como objetivos orientadores independentes, mas sempre, consciente ou inconscientemente, servem a um princípio que controla as linhas do progresso histórico”. Ou seja, ao contrário das classes cultas da Inglaterra, cujo pensamento guiar-se-ia acima de tudo pelos interesses materiais, pela prática mais imediata, pelo cálculo comercial, em resumo, pelas balizas da economia política, os alemães, conscientes da “ideia motivadora” por detrás dos acontecimentos manifestos, do “conteúdo subjacente” aos meros fatos, teceram uma filosofia da história que lhes oferece uma chave de interpretação mais adequada para a análise da conjuntura inglesa.

Assim, Engels (1975, p. 368–9, 373–4) faz um juízo bastante particular dos levantes operários de 1842 e, por conseguinte, do proletariado inglês. Apesar de seu fracasso, posto que nenhuma de suas demandas foi atendida, as sublevações ditas “cartistas” são fixadas como o primeiro marco da revolução na Inglaterra – ou melhor, de seu momento crítico presente. Isso pois, de uma parte, selaram a consolidação da aliança entre o operariado e o cartismo, e, de outra, cumpriram uma função pedagógica importante ao demonstrar para ambos a impossibilidade da via legalista na luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. A partir de então, analisa o filósofo, constitui-se um panorama em que os princípios democráticos radicais do cartismo penetram cada vez mais no



operariado, enquanto o operariado gradualmente reconhece nesse movimento, já despojado de suas ilusões legalistas, a expressão de sua consciência coletiva. Em outras palavras, forma-se uma amálgama entre “princípios” e “interesses imediatos”, entre o espiritualismo de origem germânica e o materialismo de extração românica que convivem em solo inglês, ou seja, entre os polos antitéticos presentes no esquema hessiano da triarquia europeia. Desse modo, as camadas operárias adquirem certa consciência, o que transforma qualitativamente o teor de sua revolta. Em vez de sublevações espontâneas, determinadas pelo medo da morte por inanição, impõem-se levantes “conscientes”, cujo potencial revolucionário por isso mesmo não deve ser desprezado. Os levantes do verão de 1842 e a fusão entre os trabalhadores e o cartismo impelem à superação do quadro social anterior, de sorte que o operariado inglês poderá ser chamado de proletariado em sentido próprio.<sup>13</sup> À medida que adquire consciência de si – isto é, de sua existência “antinatural” – e de sua força política, ele se coloca contra as classes possuidoras em uma “guerra social”, uma luta aberta que, ao atingir o ponto nuclear sobre o qual se organiza o Estado industrial, qual seja, a concorrência, prenuncia a revolução.<sup>14</sup>

Destacam-se, assim, três elementos sobre os quais Engels se apoia para conceber o proletariado como a classe responsável por realizar a revolução na Inglaterra. Por um lado, a situação imediata do operariado inglês, que o impele à revolta; por outro, o sentido da história, que aponta para uma revolução de tipo social, ou seja, relacionada às questões materiais, em solo britânico; por fim, a amálgama entre o operariado, representante de um polo prático, do fato manifesto, e o cartismo, representante de um polo teórico, do princípio democrático, que resulta tanto no ganho de força política por parte deste movimento, quanto, principalmente, na aquisição de certa consciência por parte do operariado – o que é indispensável para sua organização como classe antagonista, isto é, sua constituição mesma como proletariado. Ora, não obstante algumas modificações, cada um desses elementos será reencontrado em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, o principal escrito engelsiano de juventude e um verdadeiro marco da literatura dedicada à classe operária.<sup>15</sup> Doravante, concentrar-me-ei em apresentar como cada um deles contribuiu para a formação do conceito jovem-engelsiano de proletariado.

### ***O proletariado como estrato social pauperizado e como ser do gênero em A situação da classe trabalhadora na Inglaterra***

Em sua dedicatória “Às classes trabalhadoras da Grã-Bretanha”, Engels (2008, p. 37–39) comenta ter se esforçado para apresentar a seus compatriotas alemães “um quadro fiel” das “condições de vida, [dos] sofrimentos e lutas, [das] esperanças e perspectivas” do operariado inglês. Tal quadro foi pintado a partir de tintas disponíveis em uma série de documentos, oficiais e não oficiais, mas sempre provenientes de “fontes autênticas”, e, sobretudo, de um verdadeiro trabalho etnográfico, de uma pesquisa empírica conduzida pelo próprio autor que, não satisfeito com a fria análise bibliográfica, consagrou-se ao “convívio com simples operários”, a fim de conhecê-los em suas casas, observar-lhes em sua vida cotidiana, debater com eles suas condições de vida e seus tormentos.

Assim, Engels pôde viver suficientemente entre os operários “para alcançar o conhecimento de [suas] condições de existência”, explanadas em pormenor nas mais de duzentas páginas de sua obra. No entanto, para além da condição operária propriamente dita, isto é, para além de conclusões a respeito da situação em que vive um dado estrato populacional, o convívio de Engels com os trabalhadores britânicos permitiu-lhe concluir que, mais que uma camada social pauperizada, do ponto de vista econômico, e desmoralizada, da perspectiva ética, estes podem ser designados como “homens”. Os proletários ingleses, declara o filósofo, são “membros da grande e universal família da *humanidade*”, são “*seres humanos* no sentido mais pleno da expressão”, de sorte que seus interesses particulares “coincidem com os interesses do gênero humano”. É também nesse sentido, portanto, que a investigação das camadas trabalhadoras ganha importância para Engels. O proletariado deve ser saudado por seus progressos em todos os campos, pois sua marcha “servirá à nossa causa comum, a causa da *humanidade*!”. Desde o começo de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, então, fica claro o caráter dual do conceito engelsiano de proletariado. De uma parte, ele é constituído por um estrato populacional objetivo, apreendido mediante a pesquisa empírica, de outra, por uma classe formulada especulativamente, segundo certa leitura comunista da antropologia de Feuerbach.

Com efeito, a faceta etnográfica, empírica de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* é bastante conhecida. A obra se insere em uma literatura nascente, que constituirá os primórdios de uma ciência do social, depois chamada de sociologia. Objeto mais geral dessa ciência, a sociedade se apresenta na obra de Engels como “uma ordem fragmentada e não intencional, mas total, desprovida de exterior”, assinala Kouvélakis (2017, p. 251). Ela é concebida como uma espécie de segunda natureza, em que os indivíduos se encontram e da qual não podem escapar. Sob esse ângulo, continua o intérprete, trata-se de “uma realidade irreduzível e determinante na vida dos indivíduos”. Assim como se observa nos descobridores franceses do “social”, nomeadamente o Conde de Saint-Simon, a relação entre sociedade e indivíduos é em grande medida unilateral. Enquanto a primeira age sobre os últimos, estes se comportam como matéria passiva, submetida às circunstâncias. Ao investigador, então, interessa apreender as engrenagens sociais e as consequências dessas engrenagens na vida cotidiana dos indivíduos. Em outras palavras, interessa-lhe apreender os *atos sociais*. Esses fatos, porém, não se aplicam da mesma forma a todos os componentes de um dado conjunto social. Portanto, é preciso entender como eles agem especificamente na vida dos indivíduos. No caso de uma sociedade (ou de um Estado) industrial, como a que examina Engels, verifica-se com nitidez os efeitos deletérios que as engrenagens sociais imprimem em determinada camada da população. Nesse sentido, é antes de tudo a uma descrição minuciosa do operariado na Grã-Bretanha, em suas diferentes manifestações (o operariado industrial, o operariado mineiro, o operariado agrícola, o operariado imigrante etc.), que se dedica o escrito do filósofo de Barmen. Sob essa abordagem, de caráter empírico, objetivo, mais uma vez se descortina um segmento social marcado pela privação. Não obstante, a partir dela é possível compreender por que esse segmento é interpretado como classe antagonista, como sujeito histórico e, em última análise, como representante da humanidade em sua inteireza.



Em grandes linhas, a descrição que Engels faz do operariado inglês pode ser classificada em três eixos: o primeiro, refere-se à situação física dos trabalhadores; o segundo, a sua situação intelectual; e o terceiro, a sua situação moral.

Quanto ao primeiro eixo, Engels (2008, p. 136–141) demonstra como a expectativa de vida do operariado é menor em comparação à das demais frações da sociedade, em especial as classes proprietárias, e como a expectativa de vida dos trabalhadores das grandes cidades é menor em comparação à dos demais operários. A fim de explicar esses fenômenos, o filósofo lista uma série de motivos vinculados à saúde do operariado. Da perspectiva ambiental, a concentração populacional nas grandes cidades, promovida pelo desenvolvimento industrial, deteriora a qualidade do ar e favorece o surgimento de doenças pulmonares, quadro agravado pelas configurações urbanística e habitacional dos grandes centros, na medida em que, por um lado, os bairros operários são formados por vielas e becos, que dificultam a circulação do ar e a coleta dos detritos gerados pelos moradores e seus animais, e, por outro, as casas dos trabalhadores muitas vezes se reduzem a cômodos únicos, super-habitados, úmidos, localizados nos porões dos imóveis, o que as torna lugares propícios para o alastramento dessas doenças.

Ademais, se os operários estão mais expostos à contração de doenças, eles igualmente estão menos preparados para enfrentá-las. Isso se deve acima de tudo a sua má-nutrição, coisa que, em geral, os acompanha desde a infância. A esse respeito pode-se testemunhar, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, a atenção que Engels dá à descrição dos corpos dos trabalhadores. “É raro encontrar entre eles”, assevera o filósofo (2008, p. 144), “homens robustos, vigorosos e de boa constituição”. Pelo contrário, “são quase todos frágeis, com ossatura angulosa, mas pouco resistentes, magros, pálidos e seu corpo, excetuados os músculos exigidos pelo trabalho, apresenta-se flácido”. Além disso, acrescenta (2008, p. 141), os casos de raquitismo entre os operários são numerosos. Devido a sua má-nutrição, a “formação [de seus] ossos torna-se lenta, o desenvolvimento [de seu] esqueleto é retardado e, ao lado das afecções raquíticas habituais, são comuns deformações [em suas] pernas e [em sua] coluna vertebral”. Outro fator que torna os trabalhadores menos preparados para o enfrentamento de doenças é sua falta de acesso ao que hoje chamaríamos de serviços de saúde. Não raro, o custo de uma consulta médica se coloca acima de seu orçamento e, apesar da existência de instituições beneficentes, as capacidades destas não dão conta das necessidades das populações operárias, frequentemente adoecidas. Por conseguinte, vários trabalhadores acabam por recorrer a medicamentos de qualidade duvidosa, toda uma sorte de poções e bálsamos miraculosos oferecidos por charlatães, que, na maioria dos casos, prejudicam ainda mais sua saúde.

Por fim, Engels (2008, p. 142–3) destaca uma questão que o preocupa desde suas “Cartas de Wuppertal”, qual seja, a alta incidência do alcoolismo entre os operários. Bem como ocorre quando se trata de sua saúde global, o alcoolismo é visto como resultado necessário da vida miserável que levam os trabalhadores. Privados de qualquer incentivo a atividades intelectuais e compelidos a despendar toda sua energia em uma jornada laboral extenuante, estes encontram no álcool tanto um

meio para esquecer – ainda que momentaneamente – sua própria situação quanto um estimulante que os auxilia a combater seu cansaço.<sup>16</sup>

As situações intelectual e moral do operariado, por seu turno, podem ser abordadas em conjunto. Sobre esse tema, novamente a indiferença da burguesia inglesa em relação aos trabalhadores causa espanto a Engels. Era de se esperar, ele insinua, que, para manter a submissão das camadas operárias, a burguesia procurasse integrá-las a seus próprios valores. Porém, não é isso que acontece. “A burguesia inglesa é tão estúpida, tão grosseira e tão limitada por seu egoísmo, que nem sequer se dá o trabalho de inculcar nos operários a moral moderna, que ela mesma criou em seu próprio interesse e para sua própria defesa!” (ENGELS, 2008, p. 153). Assim, o operariado é excluído dos circuitos educacionais normais não só por razões exclusivamente econômicas, isto é, por sua necessidade de trabalhar, que o impede de frequentar os bancos escolares, mas também pela falta de interesse que a burguesia tem em transmitir-lhe seus valores. As únicas instituições preocupadas em oferecer um mínimo de formação intelectual e moral ao operariado são as diversas seitas religiosas, que competem entre si pelas almas dos pretendidos fiéis. Mas, em todo caso, os trabalhadores dificilmente absorvem o que lhes é ensinado. Quando frequentam escolas noturnas, tanto a fadiga quanto o sono se abatem sobre eles, quando frequentam escolas dominicais, o tempo entre uma aula e outra impede a fixação dos conteúdos lecionados.

A exclusão educacional do operariado, contudo, dá mostra de uma exclusão mais abrangente, relativa à própria ordem social em vigor. Isso pois, do mesmo modo que são afastados das atividades educacionais, os trabalhadores o são da esfera do consumo, da vida política e até do acesso à cidade, o que os torna socialmente invisíveis.<sup>17</sup> O problema, todavia, não se resume à invisibilidade social. Forçados ao trabalho nas fábricas e excluídos da esfera da sociabilidade, os operários são brutalizados e bestializados pela burguesia, denuncia Engels. Reduzidos a um estado de animalidade, tornam-se incapazes de nutrir qualquer boa formação moral, degradam-se e passam a se portar como animais, entregando-se aos prazeres mais desmedidos, particularmente o álcool e o sexo. Uma vez mais, trata-se de um fato social. Os defeitos dos segmentos operários, argumenta Engels (2008, p. 166), são uma “consequência inevitável das condições de vida de uma classe abandonada a si própria, mas desprovida de meios para utilizar sua liberdade de modo apropriado”. Sem embargo, o filósofo identifica um segundo tipo de reação às circunstâncias bestiais a que o operariado é submetido: o desprezo e o ódio pela ordem social vigente, assim como por aqueles que a comandam. Nesse sentido, os trabalhadores ingleses se aproximariam do que, em sua filosofia do direito, Hegel chamou de plebe. Arruinado o vínculo com a ordem social em vigor, não há por que respeitá-la, mas, na medida em que é sentida como hostil, muitas razões há para atacá-la. Mais que isso, revoltar-se contra essa ordem social significa revoltar-se contra o estado de animalidade a que se foi submetido e, conseqüentemente, exprimir a humanidade que lhe foi amputada. “Tratados como bestas”, afirma Engels (2008, p. 154), os operários só podem “salvaguardar a consciência e o sentimento da própria humanidade através de um ódio feroz, de uma permanente revolta interior contra a burguesia dominante. Eles só

são homens na medida em que se rebelam contra a classe dominante”. Portanto, somado ao âmbito empírico, etnográfico, manifesta-se na investigação engelsiana um pressuposto antropológico, no sentido da antropologia filosófica, capaz de articular a situação objetiva dos trabalhadores à almejada revolução social em direção ao socialismo. A negação da humanidade da maior parte da população é um efeito do Estado industrial, de sorte que o descolamento para com essa sociedade é o que permite recuperar a humanidade perdida.<sup>18</sup>

A passagem do estado animalesco a outro, humano, contudo, não se dá de forma automática. Ao invés, a todo momento a análise engelsiana parece lidar com uma tensão entre esses dois estados. A mais primitiva e flagrante expressão do ódio operário contra a ordem industrial burguesa, por exemplo, é o crime, sobretudo o crime contra a propriedade. Também nesse caso, a reação operária é interpretada por Engels como uma consequência natural das circunstâncias. “Quando as causas que concorrem para degradar moralmente o operário atuam com mais força e impacto do que de hábito”, ele defende (2008, p. 167–168), “é tão certo ele tornar-se um criminoso como é certo que a água passa do estado líquido ao gasoso se aquecida a 80° Réaumur. Sob a ação brutal e embrutecedora da burguesia”, continua, “o operário transforma-se numa coisa tão desprovida de vontade como a água e, como esta, submete-se às leis da natureza com a mesma inevitabilidade”. O advento da criminalidade entre as camadas trabalhadoras, então, se apresenta como uma espécie de sintoma social. A sociedade que se constitui a partir da Revolução Industrial, sustenta Engels (2008, p. 170), fomenta uma “guerra de todos contra todos”. Porém, essa guerra se diferencia daquela, teorizada por Thomas Hobbes. Na guerra social vislumbrada pelo filósofo de Barmen, “os inimigos, gradativamente, dividem-se em dois campos que se enfrentam: de um lado, a burguesia e, de outro, o proletariado”.<sup>19</sup>

Nesse instante, percebe-se outra perspectiva a partir da qual Engels concebe a noção de sociedade. Se, por um lado, esta se manifesta como segunda natureza, como realidade irreduzível e determinante na vida dos indivíduos, por outro, trata-se também de uma “realidade móvel e expansiva, um conjunto de forças vitais estreitamente ligados ao movimento das populações, que se deve regular e majorar” (KOUVÉLAKIS, 2017, p. 251). De modo semelhante ao que ocorreu quando do nascimento da ciência clássica, a natureza – aqui, social – não é abordada como mero fato bruto, mas como algo que pode, e deve, não só ser compreendido, como modificado. No entanto, cumprir uma tarefa como essa a partir do âmbito individual é impossível, de maneira que a criminalidade operária, verdadeiro grito de socorro contra sua situação miserável, não leva a outro lugar senão ao malefício daqueles que cometem delitos. A transformação intencional da sociedade é uma empreitada política a ser realizada por uma coletividade, o que implica determinar o grupo social capaz de cumprir essa iniciativa. A burguesia, ao mesmo tempo interessada na manutenção do *status quo* e desatenta ao cenário ameaçador que se forma a seu redor, não se oferece como uma resposta adequada à questão. Igualmente, os projetos socialistas de construção de sociedades novas a partir de princípios – todavia celebrados por Engels – exibem limites claros, como sua negligência pelas condições objetivas que permitiriam a transformação social. O operariado em seu conjunto, porém, não apenas tem todo o

interesse na modificação do estado de coisas vigente, como está intimamente unido às condições objetivas produzidas pelo Estado industrial. Sob essa perspectiva, a renúncia burguesa em integrar as frações operárias em seus circuitos educacionais é encarada pelo filósofo de Barmen com bons olhos. Apartado da educação e da moral dominantes, os trabalhadores poderão forjar uma consciência própria e, assim, associar-se, constituindo-se como classe autônoma, capaz de enfrentar a burguesia.<sup>20</sup>

Essa possibilidade não passou despercebida por alguns representantes mais atentos da classe burguesa. É o caso, por exemplo, do Dr. Andrew Ure, vastamente citado por Engels. Em seu *The Philosophy of Manufactures* (1835, p. 407), Ure, professor universitário e entusiasta da instrução das frações operárias, argumenta que, se estas não forem educadas, isto é, integradas aos valores do Estado industrial, necessariamente adquirirão uma concepção unilateral, egoísta, das coisas, e se tornarão suscetíveis à influência de demagogos astutos, comprometidos a lhes recrutar para conspirações secretas contra seus patrões. Segundo Engels, contudo, os operários não precisam de qualquer voz externa que os seduza a se voltar contra a burguesia. A seu ver (2008, p. 153), é patente que eles “não podem estar felizes nas condições em que vivem”, pois “sua situação não é aquela em que um homem – ou uma classe inteira de homens – possa pensar, sentir e viver humanamente”. Assim, eles devem “procurar sair dessa situação que os embrutece, criar para si uma existência melhor e mais humana”, o que implica “lutar contra os interesses da burguesia enquanto tal, que consistem precisamente na exploração dos operários” (ENGELS, 2008, p. 271–273). Para tanto, eles contam com um tipo específico de educação: uma educação prática que, embora não os possibilite ler e escrever com fluência, ainda assim substitui o ensino escolar e torna inócuo o ensino religioso; que nasce da necessidade e que, portanto, vincula-se à ação; que os informa sobre seus próprios interesses, os interesses nacionais e os interesses particulares da burguesia; que os faz mestres da economia política, capazes de refutar argumentos liberais. Além disso, a essa educação mais espontânea, por assim dizer, engendrada pelas condições de vida dos trabalhadores, somam-se instituições de ensino fundadas pelos próprios operários. Nelas, oferece-se “uma educação verdadeiramente proletária”, estuda-se “com prazer e proveito” “as modernas obras de filosofia, de política e de poesia”, discute-se em alto nível “problemas das ciências naturais, da estética e da economia”, enfim, produz-se uma literatura operária “cujo conteúdo supera largamente a literatura burguesa” (ENGELS, 2008, p. 243). Como já dito, essa atividade autopedagógica do operariado é imprescindível não apenas para a formação de sua consciência coletiva, mas outrossim para sua constituição como classe autônoma, como proletariado. “Tudo isto posto, não nos surpreenderá constatar que, a pouco e pouco, a classe operária inglesa tornou-se um povo completamente diferente da burguesia inglesa”, conclui Engels (2008, p. 163). “Os operários falam uma língua diferente, têm outras ideias e convicções, outros costumes e outros princípios morais, outra religião e outra política, diferentes das da burguesia. São dois povos em tudo diferentes e tanto que parecem de raças diversas”.<sup>21</sup>

Ao passo de sua formação pedagógica, o operariado também se forma do ponto de vista político. Se a primeira reação dos trabalhadores contra o Estado industrial é o crime, reflexo

inconsciente e individual de resistência a sua situação específica, esta, sobretudo sua reunião nas grandes cidades, mostrou-lhes que sua condição não é individual, mas coletiva. Nas grandes cidades, comenta Engels (2008, p. 160–161), “os trabalhadores começam a sentir-se, em sua totalidade, como uma classe; descobrem que, fracos individualmente, unidos constituem uma força”; encontram um “terreno propício para sua autonomização em face da burguesia, para a formação de concepções próprias dos operários e adequadas a sua posição no mundo”; por fim, “começam a dar-se conta de que são oprimidos e adquirem importância política e social”, importância essa que cresce à medida de sua associação.<sup>22</sup> Desde 1824, quando o parlamento estabeleceu o direito de associação dos trabalhadores, estes, que, em alguns casos, já se reuniam em sociedades secretas, passaram a construir organizações próprias [*trade unions*], a fim de defender seus interesses. Com a função de fixar os salários em proporção aos lucros patronais para cada ramo de trabalho; de manter o nível de procura deste, com a limitação do uso de aprendizes, do trabalho feminino e do trabalho infantil; de combater a redução dos salários ocasionada pela introdução de novas máquinas; de criar fundos de mútuo socorro para ajudar financeiramente os operários desempregados, tais organizações inauguram a negociação coletiva, *en masse*, escreve Engels, com a burguesia industrial. Essa negociação pode dar-se em termos análogos aos das negociações parlamentares, com o envio de petições relativas ao nível dos salários para os capitalistas. Todavia, visto que esse tipo de abordagem raramente é frutífero, os operários procedem a interrupções do trabalho que, por meio da força, procuram convencer os patrões a aceitarem suas demandas. Tanto uma tática quanto outra exigem um grau expressivo de articulação coletiva, o que faz das *trade unions* verdadeiras escolas de formação política dos operários. Com elas, o ódio espontâneo que eles exprimem em relação à burguesia é estimulado, mas, acima de tudo, organizado. Dessarte, se a revolta contra a ordem social em vigor revela a humanidade do operariado e sua educação específica lhe permite se distanciar ideologicamente da classe dominante, sua associação consciente em instituições próprias representa um passo adicional, em que ele se organiza como classe antagonista em um *movimento* autônomo (ENGELS, 2008, p. 249–256).

Mas a importância da associação operária não se reduz à capacidade que ela confere aos trabalhadores de negociar seus salários e, então, impor limites à cupidez de seus patrões. Mais que isso, argumenta Engels, ela representa a primeira tentativa daqueles, como classe, de atingir o núcleo a partir de que se organiza o Estado industrial, a saber, a concorrência. Esta, ele frisa, não tem lugar apenas entre os capitalistas, enquanto compradores e vendedores de mercadorias, mas também entre os operários, que competem entre si por postos de trabalho e salários. Trata-se, assim, de uma arma usada pela burguesia para diminuir os salários ao mínimo possível e, por conseguinte, brutalizar ainda mais os trabalhadores. Conscientes disso, estes, mediante sua associação, a suprimem, ao menos na esfera que lhes toca de maneira mais direta, isto é, na de sua concorrência mútua, de sorte que a associação dos trabalhadores, e suas formas organizadas de combate (em especial a interrupção do trabalho, nos ditos “*turn-outs*” ou “*strikes*”), vincula-se diretamente às lutas por transformação social. Decerto, isso não significa que, por si mesmas, as *trades unions* e seus *turn-outs* sejam capazes de gerar

consequências revolucionárias, posto que, conquanto atinjam o princípio que avaliza o domínio da burguesia, o fazem tão só de modo parcial. Em todo caso, assegura Engels (2008, p. 253), a organização proletária tem sua eficácia. Se “não soluciona nada definitivamente”, por um lado “mantém em certos limites a avidez da burguesia e estimula a oposição dos operários contra a onipotência social e política da classe proprietária” e por outro leva-os “a compreender que, para destruir o poder da burguesia, é preciso algo mais que associações operárias e greves”. Outrossim, as lutas salariais do proletariado constituem-se como escolas de guerra, em que os trabalhadores dão continuidade a sua formação política e se preparam para a grande batalha revolucionária. À construção engelsiana do conceito de proletariado, portanto, subjaz uma linha que parte da condição objetiva dos trabalhadores, a saber, sua bestialização e conseqüente conversão em plebe, e, através do ódio que estes passam a nutrir pelo Estado industrial e pela classe burguesa, segue até um operariado idealmente construído, isto é, humano, consciente, autônomo, associado e organizado em classe revolucionária.<sup>23</sup> Assim, acumular-se-iam nessa classe todos os elementos necessários para realização da anunciada revolução social na Inglaterra. Contudo, mais que a passagem do empírico ao especulativo, do material ao ideal, a transformação revolucionária exige a superação desses dois polos. Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, tal superação se anuncia com a síntese das duas tendências sob as quais o operariado se organiza.

Nas últimas páginas do capítulo dedicado aos movimentos operários, Engels ressalta a divisão destes entre o cartismo e o socialismo. O cartismo, que nos artigos publicados na *Gazeta Renana* era descrito como representante do princípio democrático, agora é entendido como um movimento de “*natureza essencialmente social*”, isto é, vinculado aos interesses materiais. Essa nova perspectiva se resume no discurso de um pastor metodista identificado meramente como Stephens. De acordo com esse discurso, citado por Engels (2008, p. 269), “o cartismo [...] não é uma questão política, que trata de obter para vocês [os trabalhadores] direito ao voto etc. Não! O cartismo é uma questão de *garfo e faca*, a *Carta* significa habitação decente, comida e bebida boas, condições de vida dignas e jornada de trabalho reduzida”. Ou seja, entre 1842 e 1845, o cartismo passa do polo ideal ao polo material da antítese de extração feuerbachiana que anima o pensamento de Engels nesse período. Isso se justifica, de uma parte, pela amálgama que, a seu ver, ocorreu entre esse movimento e o operariado, ou ainda pela depuração proletária do cartismo; mas, de outra, pela atenção cada vez maior que Engels confere ao socialismo inglês, isto é, ao owenismo.

Ausente dos artigos publicados na *Gazeta Renana*, o socialismo owenista é equiparado ao cartismo, como representante político das frações mais baixas da população, nas “Cartas de Londres” e ganha primeira importância nos contextos de “Progresso da reforma social no continente” e “The Condition of England”. Nestes escritos, conquanto sua base filosófica não seja esquecida, o owenismo é louvado acima de tudo por sua capacidade de lidar com os “ *fatos do estado atual da sociedade*”, o que não se nota na Alemanha, onde o socialismo (ou comunismo) desponta como uma abstração, uma “conseqüência *necessária*” do pensamento filosófico mais recente, a saber, o jovem-



hegelianismo. Dessa perspectiva, o socialismo inglês ocuparia o polo material da antítese mencionada acima, ao passo que a filosofia alemã, representada seja pelo jovem-hegelianismo, seja mesmo por Carlyle, esse “germano-inglês”, ocuparia seu polo ideal. Mas, em contraste tanto com seu texto sobre Ernst Moritz Arndt quanto com o Marx da “Introdução”, nos artigos escritos entre o fim de 1843 e o início de 1844 Engels não pinta o pensamento alemão como um relâmpago que deve fulminar uma base material, passiva. Inclusive, ele frisa (ENGELS; MARX, 1975a, p. 466–467), sequer “precisamos nos precipitar em impor-lhes [aos socialistas ingleses] a filosofia alemã”. Eles próprios estão “empenhados na correção dessa deficiência” e àquela chegarão “por sua própria vontade”.<sup>24</sup>

Não é necessário analisar aqui a exatidão desse prognóstico. Basta salientar que, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels se mostra animado com a “evolução política” dos socialistas. Ao contrário dos partidos tradicionais, estagnados em fastidiosas batalhas verbais no parlamento, aqueles, ele relata, têm refinado e exposto seus princípios em publicações difundidas mormente entre os operários e as frações mais baixas da classe média. Nesse sentido, enquanto o cartismo passa do polo ideal ao polo material da antítese em pauta, o socialismo faz o caminho inverso. Sob esse ângulo, teórico, os socialistas ultrapassam os cartistas, que, tomados como “proletários autênticos, de carne e osso”, e como representantes legítimos do proletariado, “são de longe mais atrasados: e menos evoluídos”. No entanto, apesar de – agora à semelhança dos alemães – serem “muito dotados, muito metafísicos” e terem “horizontes mais amplos”, além de apresentarem a vantagem de contribuir com “propostas práticas contra a miséria”, os socialistas “provêm originalmente da burguesia, e por isso, são incapazes de se amalgamar com a classe operária” (ENGELS, 2008, p. 270–1).

Ou seja, a despeito de quem ocupe o polo ativo ou o polo passivo do processo revolucionário, o imperativo de superação dessa antítese se mantém. A proposta de fusão entre socialismo e cartismo, portanto, busca retificar as debilidades de cada uma dessas tendências, assim como potencializar seus pontos fortes. Trata-se do último passo para o cumprimento da revolução social inglesa. Quando ele for dado, decreta Engels (2008, p. 271), “a classe operária será realmente senhora da Inglaterra”.<sup>25</sup>

Dessarte, reencontram-se os três elementos sobre os quais Engels se apoia para conceber o proletariado como a classe responsável por efetuar a revolução inglesa. Primeiramente, um elemento empírico, objetivo, material, ligado às condições de vida do operariado, sobretudo sua bestialização e, por conseguinte, exclusão não apenas da sociedade, mas também do gênero humano como um todo, que o leva a revoltar-se contra sua situação imediata. Em segundo lugar, um princípio especulativo, filosófico – agora representado pelo socialismo, em vez de pela democracia ou pelo cartismo – capaz de explicar as limitações do Estado industrial e de fornecer uma alternativa contra a miséria. Por fim, a superação desses dois princípios, a partir da qual o proletariado adquire consciência das causas de sua situação e de sua força política, bem como organiza seu ódio de classe em direção à transformação social.

**Considerações finais**

À guisa de conclusão, cabe destacar que, ao longo dos anos, Engels abandona vários dos resultados a que chegou em suas primeiras formulações do conceito de proletariado.<sup>26</sup> Isso, contudo, não pode ser atribuído sem mais a uma supostamente radical superação de seu pensamento de juventude, alcançada a partir de sua colaboração com Marx e da redação a quatro mãos dos manuscritos que compõem *A ideologia alemã*. Até o fim de sua trajetória política e filosófica, Engels permanece um arguto observador das sociedades modernas, em particular a inglesa, o que lhe permite acompanhar o desenvolvimento histórico do proletariado daquele país e, assim, adicionar novos elementos a suas análises precedentes. A esse respeito, é exemplar o artigo “England in 1845 and in 1885” (1990), em que o filósofo faz um balanço das transformações políticas e econômicas da Grã-Bretanha, bem como de sua classe operária, ocorridas principalmente na esteira dos levantes continentais de 1848. *Grosso modo*, o filósofo defende que tais levantes incitaram a burguesia inglesa a fazer concessões ao proletariado, o que alterou qualitativamente a relação entre as duas classes. Da perspectiva política, essa outrora tão desinteressada burguesia percebe que sua hegemonia depende da colaboração do operariado, o que a leva a engatá-lo como um reboque ao novo Partido Liberal. Além disso, a maioria das antes escandalosas reivindicações cartistas são acolhidas e promulgadas em lei. Do ponto de vista econômico, as associações operárias são domesticadas, pois se passa a considerá-las um meio crucial para a difusão das doutrinas econômicas burguesas entre os trabalhadores. O operariado industrial e outros trabalhadores de ramos mais fortemente associados obtêm uma melhora de sua situação relativa e, defronte a isso, abdicam de qualquer perspectiva revolucionária, convertendo-se em uma espécie de aristocracia operária. Enfim, o mesmo processo se reproduz em nível global, na medida em que os operários britânicos se beneficiam do monopólio comercial – isto é, em termos mais abrangentes, mas ausentes da pena engelsiana, do imperialismo – inglês.<sup>27</sup> Não obstante, alguns elementos da investigação pioneira da primeira metade dos anos 1840, inclusive alguns de extração dita “idealista”, continuam a povoar tanto as obras de velhice de Engels quanto as de Marx, nomeadamente *Anti-Dühring* e *O capital*, e, por meio delas, parte expressiva do pensamento e dos debates marxistas do século XX.<sup>28</sup> Nesse sentido, o exame do conceito de proletariado aqui exposto possui não só interesse histórico, mas integra aquilo que Alain Badiou chamou de revisão da hipótese comunista, fundamental para os projetos políticos e filosóficos de emancipação hodiernos.

**Referências:**

- BACON, F. **Novum Organum; Nova Atlântida**. Tradução: José Aluysio Reis De Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- CARVER, T. **Friedrich Engels: his Life and Thought**. New York: Palgrave Macmillan, 1990.
- CHASE, M. **Chartism: A New History**. Manchester: Manchester University Press, 2007.
- CIESZKOWSKI, A. **Prolegómenos a la historiosofía**. Tradução: Jaime Franco Barrio. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002.

- CLAEYS, G. Engels' Outlines of a Critique of Political Economy (1843) and the Origins of the Marxist Critique of Capitalism. **History of Political Economy**, v. 16, n. 2, p. 207–232, 1984.
- CLAEYS, G. The Political Ideas of Young Engels, 1842-1845: Owenism, Chartism, and the Question of Violent Revolution in the Transition from “Utopian” to “Scientific” Socialism. **History of Political Thought**, v. 6, n. 3, p. 455–478, 1985.
- COGGIOLA, O. O desbravador da dupla: Friedrich Engels e o marxismo político e internacionalista. *In*: FILHO, A. A.; BARROS, V. S. de C. (Org.). **Novo manual de ciência política: autores modernos e contemporâneos**. São Paulo: Malheiros, 2008.
- COTRIM, F. **Jovem Engels: evolução filosófica e crítica da economia política (1838-1844)**. São Paulo: Viriato, 2022.
- ENGELS, F. **Marx-Engels Collected Works, v. 2: Engels (1838-1842)**. Moscow: Progress Publishers, 1975.
- ENGELS, F. **Marx-Engels Collected Works, v. 26: Engels (1882-1889)**. Moscow: Progress Publishers, 1990.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ENGELS, F. **Esboço para uma crítica da economia política e outros textos de juventude**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2021a.
- ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. Tradução: Vinícius Matteuci de Andrade Lopes. São Paulo: Hedra, 2021b.
- ENGELS, F.; MARX, K. **Marx-Engels Collected Works, v. 3: Marx and Engels (1843-1844)**. Moscow: Progress Publishers, 1975a.
- ENGELS, F.; MARX, K. **Marx-Engels Collected Works, v. 4: Marx and Engels 1844-1845**. Moscow: Progress Publishers, 1975b.
- ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ENGELS, F.; MARX, K. **Manifesto comunista**. Tradução: Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FEUERBACH, L. **Teses provisórias para a reforma da filosofia**. Tradução: Artur Morão. Corvilhã: Lusosofia, 2008a.
- FEUERBACH, L. **Princípios da filosofia do futuro**. Tradução: Artur Morão. Corvilhã: Lusosofia, 2008b.
- HEGEL, G. W. F. **Linhas fundamentais da filosofia do direito: direito natural e ciência do Estado no seu traçado fundamental**. Tradução: Marcos Lutz Müller. São Paulo: 34, 2022.
- HESS, M. **Ausgewählte Schriften**. Darmstadt: Joseph Melzer, 1962.
- HIMMELFARB, G. **The Idea of Poverty: England in the Early Industrial Age**. New York: Vintage Books, 1985.
- HOBBSAWM, E. **Bandidos**. Tradução: Donaldson M. Garschagen. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- JENKINS, M. **The General Strike of 1842**. London: Lawrence and Wishart, 1980.
- KANELOPOULOS, C. Engels et la classe ouvrière em Anglaterre (Les écrits de 1842 à 1845). *In*: LABICA, G.; DELBRACCIO, M. (Dir.). **Engels, savant et révolutionnaire**. Paris: PUF, 1997 (Actuel Marx Confrontation).
- KOUVÉLAKIS, S. **Philosophie et révolution: de Kant à Marx**. Paris: La Fabrique, 2017.

- LEFÈBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Tradução: Maria Idalina Furtado. [s.l.] Ulisseia, 1972.
- LOSURDO, D. A fenomenologia do poder: Marx, Engels, Tocqueville. **Lua Nova**, v. 38, p. 31–53, 1996.
- MAGUBANE, B. Engels: The Condition of the Working Class in England in 1844 and The Housing Question (1872) Revisited; Their Relevance for Urban Anthropology. **Dialectical Anthropology**, v. 10, p. 43–68, 1985.
- MARCUS, S. **Engels, Manchester and the Working Class**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1974.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução: Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do sr. Proudhon**. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MAYER, G. **Friedrich Engels: uma biografia**. Tradução: Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2020.
- MAZLISH, B. Marx's Historical Understanding of the Proletariat and Class in 19th-Century England. **History of European Ideas**, v. 12, n. 6, p. 731–747, 1990.
- MÖNKE, W. **Das literarische Echo in Deutschland auf Friedrich Engels' Werk "Die Lage der arbeitenden Klasse in England"**. Berlin: Akademie Verlag, 1965.
- PAWLACZYK, K. **The Idea of Hitoriosophy in August Cieszkowski's Early Writing**. Berlin: Logos, 2021.
- ROBELIN, J. Engels et la rectification du marxisme. In: LABICA, G.; DELBRACCIO, M. (Dir.). **Engels, savant et révolutionnaire**. Paris: PUF, 1997 (Actuel Marx Confrontation).
- ROBELIN, J. **Marxisme et socialisation**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989.
- STEDMAN JONES, G. Retrato de Engels. In: HOBSBAWM, E. (Org.). **História do Marxismo**. v. 1. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- STEDMAN JONES, G. **Languages of class: Studies in English Working Class History: 1832-1982**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- STEDMAN JONES, G. Some notes on Karl Marx and the English Labour Movement. **History Workshop Journal**, v. 18, n. 1, p. 124–137, 1984.
- STEDMAN JONES, G. Engels and the Invention of the Catastrophist Conception of the Industrial Revolution. In: MOGGACH, D. (Ed.). **The New Hegelians: Politics and Philosophy in the Hegelian School**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- URE, A. **The Philosophy of Manufactures, or, An Exposition of the Scientific, Moral, and Commercial Economy of the Factory System of Great Britain**. London: Charles Knight, 1835.

---

### Notas

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorando em Filosofia pela USP. Doctorant Boursier no Centro Marc Bloch (CMB), de Berlim. Pesquisador do Grupo de Estudos Espinosanos (USP). Pesquisador do polo de pesquisa Pensées critique au pluriel. Approches conceptuelles de la recherche en sciences sociales (CMB). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5507200176120301>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0941-8510>. E-mail: [jefferson.viel@usp.br](mailto:jefferson.viel@usp.br).

<sup>2</sup> Socialismo ou comunismo pois, no período examinado, o autor não faz distinção conceitual entre os dois termos, usando-os de forma intercambiável. Mesmo quando explicita a preferência pelo termo “comunismo”, em vez de “socialismo”, isso se deve a razões práticas e contingentes, como o sentido ordinário que uma e outra palavra tinham na Alemanha da época (ENGELS, 2021a, p. 195–196). Não obstante, neste artigo darei preferência ao termo “socialismo”, na medida em que ele permite ressaltar a proximidade do pensamento engelsiano de juventude tanto com o de Moses Heß quanto com o de Robert Owen.

<sup>3</sup> Para a interpretação engelsiana da adesão ao socialismo ou comunismo na Alemanha e na Inglaterra, cf. Engels (2021a). O modelo de crítica exposto acima será posteriormente dirigido por Engels e por Karl Marx (2007, p. 435–519, 2010, p. 62–64) aos socialistas e comunistas alemães, reunidos sob a alcunha de “socialistas verdadeiros”.

<sup>4</sup> Gareth Stedman Jones (1979, p. 386) adverte que, embora fosse chamada de “Manchester alemã”, Barmen seria melhor definida como “a Coventry alemã, pois sua atividade principal consistia na fabricação de fitas, e os operários geralmente trabalhavam a [sua] domicílio, junto com as famílias, por conta de comerciantes-intermediários que controlavam a aquisição das matérias-primas e a venda dos produtos acabados”.

<sup>5</sup> Como fazem, por exemplo, os trabalhos de Marcus (1974), Mazlish (1990) e Kanelopoulos (1997). Tonou-se célebre a carta em que, para corrigir um equívoco de Arnold Ruge, Engels (1975, p. 543) afirma “não [ser] um Doutor e jamais poder [se] tornar um”, mas “apenas um comerciante e um artilheiro do Reino da Prússia”. Porém, ele frequentou alguns cursos na Universidade de Berlim como ouvinte, enquanto cumpria seu serviço militar; participou de encontros com os Livres; e foi influenciado por Heß, que, em carta a Berthold Auerbach, se gaba de ter convertido o jovem liberal em comunista. Portanto, não há equívoco em assegurar que Engels era suficientemente familiarizado com o pensamento filosófico alemão da época, especialmente o jovem hegelianismo. Sobre esse tema, cf., entre outros, Mayer (2020), Carver (1990) e Cotrim (2022).

<sup>6</sup> Trata-se de “The English View of the Internal Crises”, “The Internal Crises”, “The Position of the Political Parties”, “The Condition of the Working Class in England” e “The Corn Laws” (ENGELS, 1975). A especificação “usos consistentes” se deve ao fato de a primeira aparição do termo na obra de Engels ocorrer, sem mais especificações, no artigo “The End of the *Criminalistische Zeitung*” (ENGELS, 1975, p. 303).

<sup>7</sup> Cf. por exemplo, Himmelfarb (1985).

<sup>8</sup> Essa espécie de argumento econômico, que procura mostrar a inevitabilidade das crises de superprodução e oferecer um aspecto objetivo, por assim dizer, à revolução, será aprimorado por Engels em seu *Esboço para uma crítica da economia política* (2021a), publicado no único número dos *Anais franco-alemães*, em 1844, e, como se sabe, encontrará uma longa posteridade tanto nas obras de velhice do autor quanto na assim chamada ortodoxia marxista, em geral. Quanto a isso, ver, por exemplo, Robelin (1997). Para um importante exame de *Esboço para uma crítica da economia política*, remeto a Claeys (1984).

<sup>9</sup> Para duas interpretações distintas dos levantes operários de 1842, cf. Chase (2007, p. 192–229) e Jenkins (1980). Uma revisão das interpretações historiográficas mais socializantes do cartismo, amplamente influenciadas pelas considerações engelsianas de juventude, é feita por Stedman Jones (1983, p. 90–178). A relação entre o risco de morte por inanição e a revolta operária, afirmada por Engels, pode ser encontrada em faixas presentes nos próprios levantes de 1842. De acordo com Jenkins (1980, p. 72), uma faixa com os dizeres “Os homens de Stalybridge seguirão para onde quer que o perigo aponte. Os que perecem pela espada são melhores que os que perecem pela fome” chamou particular atenção e logo recebeu publicidade pelos órgãos de imprensa da época.

<sup>10</sup> “A Europa já viveu duas revoluções por não ter seguido passivamente o espírito moderno”, escreve Heß (1962, p. 100), ao que continua: “uma terceira ainda a espera. Ela completará a obra do espírito moderno iniciada com a Reforma alemã. Ela será a revolução prática por excelência, a que exercerá uma influência não apenas maior ou menor, relativa, como as precedentes, mas uma influência absoluta sobre a vida social. A revolução inglesa será para a revolução francesa o que a revolução francesa foi para a revolução alemã”.

<sup>11</sup> Para um cotejo entre os juízos que Engels e Tocqueville fazem da Inglaterra de sua época, cf. Losurdo (1996).

<sup>12</sup> Se Engels usa o verbo “ser” no pretérito perfeito, em vez de no futuro, é porque, em sua avaliação, a Inglaterra já se encontra em um processo revolucionário “há setenta ou oitenta anos”, de maneira que o período examinado representa mais propriamente a “crise”, o momento crítico, desse processo (ENGELS; MARX, 1975a, p. 469). Percebe-se aqui o sentido processual que, ao menos nesse contexto, a noção de revolução tinha para Engels. Pela mesma razão, o termo “revolução” é usado também para se referir à Reforma Luterana, compreendida segundo os parâmetros da filosofia da história de Hegel. Tanto neste quanto naquele caso, trata-se de revoluções em que o componente político é suprimido, de “revoluções sem revolução”, o que leva Kouvélakis (2017, p. 221–288, esp. 267–273) a inserir o filósofo de Barmen na tradição da “via prussiana” para a transformação social. No entanto, somada à filosofia alemã, também o socialismo inglês deve ser apontado como influência para a adoção engelsiana de uma concepção progressiva de revolução, como indica Claeys (1985).

<sup>13</sup> É verdade que Engels não propõe essa distinção conceitual em seus escritos de juventude e até em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* usa “operários” [*working men*], “classe operária” [*working class*], “classe não possuidora” etc., de um lado, e “proletários”, “proletariado” etc., de outro, como sinônimos. No entanto, distinguir



desde já os dois grupos de termos permite reconhecer com mais precisão os aspectos empíricos de uma noção de proletariado que designa um estrato social ou uma população e os aspectos especulativos de um conceito de proletariado que designa uma classe propriamente dita, bem como um sujeito histórico. Para o sentido específico de classe usado por Engels e por Marx em suas obras posteriores, cf. Engels e Marx (2007, p. 63) e Marx (2017, p. 146). Para uma interpretação do conceito jovem-engelsiano de proletariado que enfatiza seu vínculo com a ideia de desposseção (a meu juízo, mero ponto de partida para a construção do conceito), cf. Himmelfarb (1985, p. 283–287).

<sup>14</sup> A antítese entre o prático e o teórico, o material e o ideal, os fatos e os princípios, a economia política e a filosofia, a Inglaterra e a Alemanha, assim como a necessidade de sua superação, percorrem toda a análise sobre a situação da Inglaterra presente nos textos engelsianos de juventude e, mediante Heß, retoma a proposta feuerbachiana para uma reforma da filosofia. Como ocorre no caso de Marx, é expressiva a influência de Feuerbach na construção engelsiana do conceito de proletariado. A esse respeito, tornou-se mesmo célebre a passagem na qual, ao fazer um balanço da conjuntura intelectual do *Vormärz*, Engels admite a ubiquidade do pensamento do filósofo bávaro. Nessa época, ele confessa (2021b), “fomos todos [isto é, a juventude intelectual hegeliano-progressista] feuerbachianos”. Para a proposta feuerbachiana de reforma da filosofia, ver Feuerbach (2008a, 2008b) Sublinhe-se, enfim que, ainda antes de sua estada na Inglaterra, o projeto de superação dos princípios antitéticos mencionados já havia sido formulada por Engels (1975, p. 144) nos seguintes termos: “A tarefa de nosso tempo é completar a fusão entre Hegel e Börne”, isto é, “combinar pensamento e ação”, assim como tornar essa combinação “consciente” (o que mostra a primazia do pensamento, em relação à ação), a fim de que ela “penetre a nação”.

<sup>15</sup> Note-se que, para além dos quadros operários e democráticos, a obra de Engels foi saudada inclusive por setores mais próximos ao regime prussiano. Sobre a recepção alemã de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, cf. Mönke (1965, p. 25–58)

<sup>16</sup> Além de às questões relacionadas à saúde, explica Engels (2008, p. 148–149), a maior taxa de mortalidade entre as camadas operárias se deve à enorme incidência de mortes de crianças causadas por acidentes domésticos. Como em muitas famílias operárias tanto o pai quanto a mãe se veem obrigados a trabalhar fora, as crianças ficam a maior parte do dia sem supervisão, o que multiplica os casos de acidentes, principalmente os relacionados à manipulação do fogo ou da água fervente, no inverno, ou ainda a atropelamentos por animais de tração ou carroças. Para o tratamento que Engels confere ao alcoolismo nas “Cartas de Wuppertal”, cf. Cotrim (2022, p. 50–1)

<sup>17</sup> Sobre a organização urbana como forma de exclusão cf. Engels (2008, p. 67–116), Lefèbvre (1972, p. 19–20) e Magubane (1985, p. 49–53).

<sup>18</sup> Novamente, é a presença do pensamento feuerbachiano, em particular sua concepção do homem como ser do gênero [*Gattungswesen*], que se nota nessas considerações de Engels. Quanto a isso, Stedman Jones (2006, p. 206–8) defende que a própria experiência manchesteriana de Engels foi pré-condicionada pela leitura socialista – isto é, sobretudo, hessiana – das reflexões feuerbachianas em torno da alienação e da desumanização. No mesmo sentido, ver Mazlish (1990, p. 763). É, inclusive, em relação a essa faceta filosófica de seu exame que Engels (2008, p. 157) se afasta de Carlyle: “Carlyle tem toda razão no que diz respeito aos fatos e absolutamente nenhuma quando reprova o ódio feroz dos operários contra as classes altas. Esse Ódio, essa ira, é, ao contrário, a demonstração factual de que os operários sentem a desumanidade de sua situação, de que eles não se deixarão reduzir ao nível de bestas de carga e de que um dia se libertarão do jugo da burguesia”. Com efeito, denuncia Engels (ENGELS; MARX, 1975a, p. 463), falta a Carlyle o aspecto filosófico do pensamento alemão. Enfim, para o conceito hegeliano de plebe, cf. Hegel (2022, § 244).

<sup>19</sup> Sobre o lugar da noção de “Revolução Industrial” na análise engelsiana, cf. mais uma vez Stedman Jones (2006). Eric Hobsbawm (2012), por sua vez, dedicou um estudo às primeiras formas de revolta das classes mais baixas da população.

<sup>20</sup> Kouvélakis demonstra particular interesse sobre os aspectos biopolíticos da pesquisa engelsiana, bem como sobre sua proximidade com propostas de engenharia social testemunhadas na sociologia e no socialismo nascentes. Aqui, porém, trato do caráter maleável da sociedade apenas a partir da possibilidade da superação revolucionária de seu caráter industrial. Uma abordagem paradigmática da natureza na aurora da modernidade pode ser conferida na obra de Francis Bacon (1973). Enfim, para a posição engelsiana a respeito das colônias socialistas, cf. Engels e Marx (1975b, p. 214–228) e Engels (2008, p. 269–271).

<sup>21</sup> Sobre o tema da luta entre povos como referência (principalmente a partir de Benjamin Disraeli) para a construção do conceito de luta de classes em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, cf. Kouvélakis (2017, p. 263–267).

<sup>22</sup> Para papel das grandes cidades na constituição o movimento proletário, ver Engels (2008, p. 160–161) e Lefèbvre (1972, p. 9–28).



<sup>23</sup> Para uma leitura que destaca a continuidade entre a alienação do proletariado e o comunismo, cf. Robelin (1989, p. 201–214). Quanto às considerações engelsianas sobre a concorrência, ver Engels (2008, p. 117–130, 2021a) e Claeys (1984, p. 212–224).

<sup>24</sup> Ressalte-se mais uma vez a primazia que Engels dá ao polo ideal da transformação social, quando busca aproximar o socialismo inglês da filosofia alemã. De modo semelhante ao que faz com Carlyle em “The Condition of England”, Engels chama a si mesmo de “anglo-germânico”, de acordo com assinatura em “Sozialismus auf dem Kontinent”. Sobre esse assunto, remeto a Marcus (1974, p. 104).

<sup>25</sup> Uma pequena amostra dessa fusão talvez pudesse ser conferida nos *Halls of Sciences*. Nessas instituições, espécie de versão operária dos clubes sociais burgueses promovida especialmente pelos owenistas, mas também pelos cartistas, testemunha-se “o mais comum dos trabalhadores falar [...] com clara consciência das condições políticas, religiosas e sociais” da Inglaterra, relata Engels (2021a, p. 135–7). Agora, prossegue o filósofo, eles têm à mão “edições baratas e benfeitas” – muitas vezes vendidas nos próprios *Halls*, que chegam a contar com oito mil subscritos – tanto de obras filosóficas francesas do século XVIII, como *O contrato social*, de Jean-Jacques Rousseau, quanto de escritos de autores anglófonos liberais, como Thomas Paine e Percy Bysshe Shelley, além de panfletos e revistas comunistas. Ademais, os *Halls* oferecem atividades culturais, como chás, danças e concertos musicais, e preleções que, proferidas pelos líderes do operariado aos domingos, são “frequentadas com assiduidade” e exercem “efeito direto” nos operários, uma vez que “falam ao povo de coisas que lhe dizem respeito e fazem muita piada sobre os sacerdotes”. O que Engels nota nos *Halls of Sciences*, então, é a amálgama entre o ideal e o material, efetuada mediante o estímulo à atividade autopedagógica do operariado – que, por sua vez, permite a este erigir uma *Bildung* que lhe seja própria. Com essa amálgama, o operariado inglês poderá completar sua transição em proletariado, conforme uma imagem que, estendida ao proletariado internacional, se tornará célebre em *Manifesto comunista*: a de uma classe autônoma que, por educar a si mesma, não apenas se afasta de qualquer influência da Igreja, do Estado e da burguesia, como passa a antagonizá-los em uma revolução aberta que tem por resultado o fim da sociedade fundada na propriedade privada. Cf. Engels e Marx (2010, p. 49–51, 53–7) e Himmelfarb (1985, p. 278–83).

<sup>26</sup> Uma lista desses itens pode ser conferida em Himmelfarb (1985, p. 278–9).

<sup>27</sup> Para uma compilação exaustiva dos textos em que Engels revisa suas considerações sobre o proletariado inglês, ver Kouvelakis (2017, p. 459, n. 236)

<sup>28</sup> Algumas indicações sobre esse assunto, a ser desenvolvido alhures, podem ser encontradas em Stedman Jones (1984) e Robelin (1997).

Recebido em: 5 mar de 2024

Aprovado em: 24 nov. de 2024